

Bresser admite suspender moratória em novembro

de Soneca

SÃO PAULO — O Brasil deverá firmar acordo sobre a dívida externa com os bancos credores até o final de novembro, permitindo que seja suspensa a moratória dos juros, anunciou ontem o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, durante o seu pronunciamento na Câmara de Comércio britânica e brasileira.

O Ministro disse que o Governo brasileiro está disposto a efetuar o **token payment** — ou o pagamento simbólico dos juros — para demonstrar a boa vontade e o desejo de obter logo um acordo com os credores. No entanto, advertiu Bresser, esse pagamento simbólico só será realizado na medida em que haja progressos no processo de renegociação da dívida com os banqueiros privados internacionais. Além disso, ele disse que não se pode confundir **token payment** com a suspensão da moratória.

— O Brasil só suspenderá a moratória após o estabelecimento de um acordo com os bancos credores que envolva refinanciamento dos débitos pelos próximos três anos — advertiu Bresser Pereira.

Segundo ele, o Assessor Especial do Ministério da Fazenda Fernando Bracher foi devidamente instruído para que nessa nova rodada de negociações com os banqueiros, em Nova York, seja feito o máximo de esforços para evitar que, no próximo dia 26, a Comissão Interministerial do Governo dos Estados Unidos decida reclassificar os créditos brasileiros. Caso essa medida seja aprovada, os bancos americanos serão obrigados a



O Ministro brasileiro explica que pagamento simbólico não muda nada

lançar como prejuízo cerca de 10% a 15% dos débitos do País, dificultando ainda mais o processo de renegociação da dívida.

Bresser Pereira observou, contudo, que está ocorrendo certa confusão, principalmente entre os banqueiros internacionais, os quais estão imaginando que a possível decisão do Governo brasileiro em efetuar pagamento simbólico dos juros represente na prática o fim da mora-

tória.

— Estão enganados os banqueiros que pensam que o **token payment** seja o mesmo que a suspensão da moratória. Tem banco que já está considerando a hipótese de o Brasil fazer pagamento de dois meses de juros, equivalente a US\$ 900 milhões, e que passe a pagar mensalmente os juros. Isso não é pagamento simbólico, mas a normalização do pagamento do serviço da dívida junto aos cre-

dores e não é isso que o País pretende. A suspensão da moratória só será decidida após acordo com os bancos credores, pois o Brasil não se pode dar ao luxo de perder reservas cambiais — advertiu Bresser.

O Ministro da Fazenda também comentou a decisão do Chemical Bank em elevar a **prime-rate** para 9,75%. De acordo com ele, a proposta básica apresentada pelo Governo brasileiro aos bancos credores prevê o estabelecimento de um teto para as taxas de juros internacionais, funcionando como mecanismo de proteção para o País, no sentido de evitar que aumente o nível da dívida externa a cada ponto percentual de alta na **prime** ou na **libor**.

Outro ponto que Bresser Pereira deixou claro: o Brasil está disposto a firmar acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), desde que seja desvinculado das negociações com os bancos privados.

— Nós faremos acordo com o FMI depois de acertarmos com os bancos credores, pois é necessário entendimento inicial com o Fundo para que possamos fechar novo acordo com o Clube de Paris.

● CHILE — O Chefe da equipe que negocia a dívida externa do Chile, Hernan Somerville, anunciou ontem em Santiago que seu país assinou acordos com os bancos credores e com o Clube de Paris até o ano 2002. Segundo o negociador, a Espanha e a Áustria foram os últimos dois países do Clube de Paris a firmarem os acordos na Europa. Os acordos envolvem empréstimos de US\$ 12 bilhões, com pagamentos iniciando-se em 1993, com prazo de carência de seis anos.